

OCUPAÇÃO E DESMATAMENTO NO ALTO MOJU *versus* CONSERVAÇÃO E MUDANÇAS NO USO DE SEUS RECURSOS NATURAIS

Dalva Maria da Mota¹, Gustavo Meyer², Romy Brandão Sato³, Paulo Roberto Vieira⁴,

¹Socióloga, pesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental, Belém/PA, dalva@cpatu.embrapa.br; ²Zootecnista, pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental, Belém/PA, meyer@cpatu.embrapa.br; ³Jornalista, assessora de comunicação do Centro Internacional de Pesquisa Florestal (CIFOR), rsato@cgiar.org; ⁴Engenheiro Florestal, consultor do Centro Internacional de Pesquisa Florestal (CIFOR), pvieira@yahoo.com.br

RESUMO: O artigo discute a ocupação da terra e o uso dos recursos naturais e analisa o paradoxo de conservação da floresta (vontade/dificuldade) vivenciado por agricultores do Alto Moju. Neste paradoxo figuram a falta de regularização fundiária, o papel do recurso madeireiro como reserva de valor em momentos de dificuldade e o baixo grau de mobilização das famílias residentes. A pesquisa foi desenvolvida através de métodos qualitativos, que privilegiaram as representações dos agricultores sobre o uso dos recursos naturais e sobre a reprodução social das famílias. Os principais instrumentos utilizados foram entrevistas semi-diretivas, zoneamento com atores-chaves e observação participante, envolvendo homens e mulheres ali residentes em 2006. A pesquisa mostrou que, com decorrer do processo de ocupação da terra até os dias atuais, as fontes de renda e de alimentação das famílias deslocaram-se do extrativismo (madeira, caça, pesca, látex e frutos) para a agricultura (principalmente a mandioca). A partir do histórico de ocupação da terra conclui-se que a reprodução social dos Agricultores Familiares do Alto Moju está em risco e que a pressão madeireira, a ausência de serviços sociais básicos e de títulos de posse da terra figuram como fatores preponderantes. O Manejo Florestal Comunitário aparenta ser uma boa alternativa de conservação e de renda para as comunidades locais. O fato deste ainda não ter acontecido é discutido no artigo.

Palavras-chave: Alto Moju, ocupação, conservação.

1. Introdução

O desmatamento da Amazônia, que constitui um grande problema ambiental, vem sendo ocasionado, preponderantemente, pela exploração madeireira, seguido pela expansão da pecuária em grandes estabelecimentos. A principal causa deste fenômeno foi a implantação de políticas públicas que promoveram a ocupação desordenada do seu território e estimularam o estabelecimento deste tipo de exploração. No cenário amazônico, no entanto, coexistem agricultores patronais, que produzem em larga escala, e os de base familiar, que tradicionalmente adotam sistemas produtivos mais diversificados. As políticas públicas que visaram incentivar este último público, em contraste, foram equivocadas no sentido de promover seu desenvolvimento sustentável (Tura & Costa, 2000), de modo que só recentemente este começa a ser valorizado por algumas políticas (ex. Projeto Promanejo, Programa Proambiente, créditos especiais do Pronaf).

Apesar dessa valorização, a pressão exógena para a exploração madeireira contínua e dela dependem, muitas vezes, os agricultores que ainda possuem floresta, para satisfazer necessidades inesperadas da família (doenças, migração, entre outras), ou previsíveis (comemorações, pagamento de dívidas, estudo de filhos na cidade, entre outros), dado o quadro de ausência de serviços locais (saúde e educação) e a distância e dificuldade de acesso às sedes municipais, praticamente excluindo os muitos agricultores do acesso aos serviços básicos, além das dificuldades associadas à obtenção de recursos financeiros via

comercialização da produção agrícola.

Neste contexto, os responsáveis pelas famílias agem conforme as necessidades dos grupos familiares e a partir de relações interpessoais estruturadas na confiança ou na camaradagem com agentes externos, e muitas vezes praticam o que Medina & Shanley (2004) denominaram de “grandes árvores, pequenos favores”, muito embora constatem que a venda individual da madeira, sem uma agregação mínima de valor e um manejo adequado, é sempre desvantajosa para eles. Em diversas partes do mundo os agricultores dependem de florestas naturais em época de quebra de safra, acidentes, mortes, ou outras emergências que superam a base de recursos advindos da agricultura (Shanley & Medina, 2005).

Tendo em conta essa problemática e a forte pressão madeireira em curso no Alto Moju (Município de Moju – PA), atores desta localidade buscaram subsídios referentes ao Manejo Florestal Comunitário (MFC) através de uma parceria entre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju, duas associações locais de produtores rurais – Associação de Lavradores de Igarapé-Açu (ALIA) e Associação de Moradores de São Sebastião e Itabocal (AMOSSIFRUT) – e a Embrapa Amazônia Oriental. Como resultado, foi elaborado e implantado o Projeto Associações-Modelo do Alto Moju, cujo objetivo foi auxiliar as associações locais quanto à organização para um posterior MFC em desdobramento das atividades desenvolvidas em um projeto antecessor, o Projeto Gespan¹. O relato dessa experiência encontra-se em Mota et al. (2007).

Em 2006, no decorrer do debate sobre as possibilidades de implantação do MFC no Alto Moju, foi realizada uma pesquisa visando à caracterização dos processos de ocupação da terra e de uso dos recursos naturais na região, cujos principais resultados encontram-se nesse artigo e que, por sua vez, tem como objetivo analisar o paradoxo “conservação *versus* necessidade de uso da floresta” vivenciado pelos agricultores desta localidade. Esse tema atualiza a problemática levantada por Empeaire & Lescure (2000) através do questionamento: seria a exploração dos produtos da floresta um instrumento para a sua conservação?

2. Atores, Procedimentos e Local de Pesquisa

A pesquisa se deu através de métodos qualitativos que privilegiaram as representações dos agricultores (homens e mulheres) sobre a ocupação do espaço, a conservação da floresta, o uso dos recursos naturais e a reprodução social de suas famílias enquanto unidades de produção e consumo (Heredía, 1979). Para isso foram realizadas 30 entrevistas semi-diretivas focadas nestes temas, mas também abordando questões como a inserção dos produtos no mercado e a problemática de regularização fundiária, entre outros aspectos. De forma complementar e visando obter uma visão mais coletiva do grupo, foi realizado um zoneamento com 12 atores-chaves sobre as atividades predominantes na região cujo principal produto foi um mapa. As observações da vida cotidiana foram constantes, quer seja das atividades produtivas, religiosas e de lazer.

A pesquisa foi realizada no decorrer do ano de 2006; seu *locus* foi o Alto Moju, que corresponde à porção superior da Bacia Hidrográfica do Rio Moju (Figura 1). A área deste

1 O Projeto Gespan foi resultado de uma parceria entre várias instituições e visava o apoio à gestão participativa dos recursos naturais (daí o nome Gespan) e o fortalecimento de instituições provedoras de serviços. No município de Moju, o projeto apoiou o Zoneamento Ecológico-Econômico Participativo, a elaboração da Lei Ambiental Municipal, o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, metodologias para a inovação tecnológica, o fortalecimento do Conselho Municipal de Agricultura, a elaboração de um Diagnóstico Rápido Participativo, o estabelecimento de Acordos de Pesca e a instalação de unidades demonstrativas, entre outras ações.

município é de 9.131km² (INPE, 2007) e abriga uma população aproximada de 62.000 habitantes, sendo que cerca de 66% desta população é rural e seus indicadores sociais demonstram baixa escolaridade, pobreza e falta de acesso a serviços básicos².

O entendimento do limite territorial do Alto Moju varia nas comunidades locais, entretanto, para efeito da pesquisa, foi delimitado pelo território em que estão contidas as comunidades de Igarapé-Açu, Itabocal, Nossa Senhora do Carmo, Menino Deus, Rosa de Saron, São Sebastião e São José, embora Balieiro & Lisboa (2004) o apresentem contendo 25 comunidades. Estas comunidades congregam famílias caboclas nativas ou migrantes de outros municípios paraenses que têm na agricultura, na exploração madeireira, na coleta de produtos da floresta e na pesca as suas principais atividades, sendo que a organização para a ação coletiva é liderada pelas duas associações de produtores rurais locais (ALIA e AMOSSIFRUT).

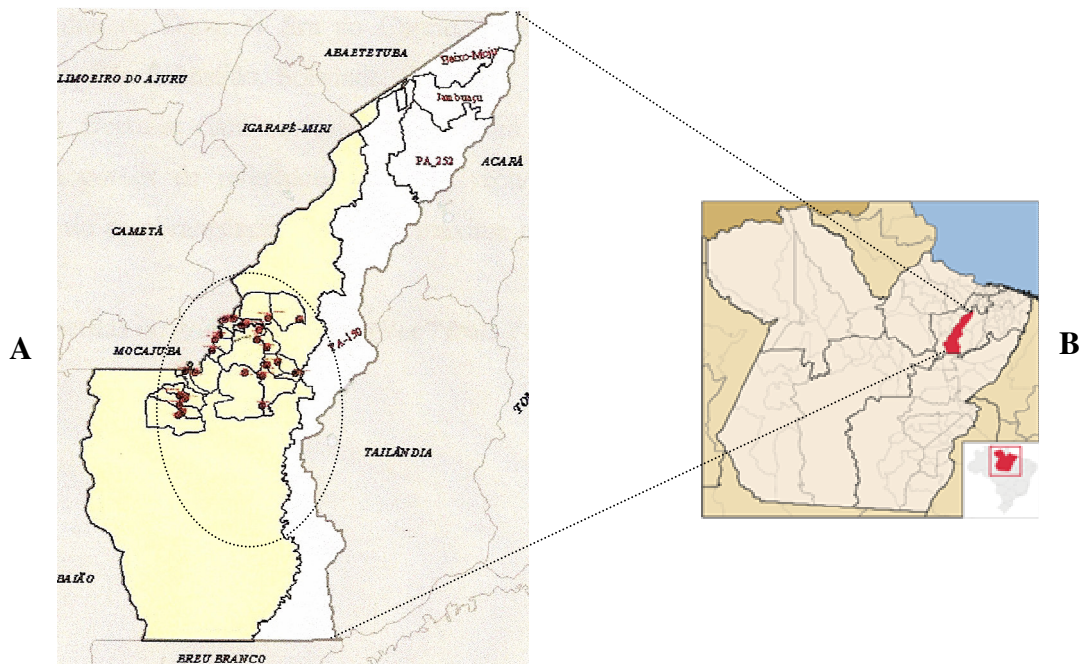
3. Muita floresta, pouca gente. Muita gente, pouca floresta

A memória oral dos agricultores entrevistados registra que antes de 1950 não havia disputas pela terra nem pela floresta na região do Alto Moju, em decorrência das mesmas serem consideradas terra devolutas, sem a presença de índios, que por sua vez estavam situados nas porções mais altas do rio, nas cachoeiras (Cachoeira de Mamoranazinho). Em Igarapé-Açu, até então, não houvera nenhum tipo de ocupação. Predominava ali a mata virgem, com madeiras de lei como ipê, sucupira, cedro vermelho e frejó, havendo caça abundante. O grande traço era que ninguém se dizia dono dessas terras, e sequer havia interesse pelas mesmas, pois a ocupação estava se dando no Baixo e Médio Moju, onde a comercialização de produtos era mais fácil.

Chegada dos primeiros habitantes

Em 1950 surgiu alguém de origem portuguesa (segundo relatos locais) que se disse proprietário de grande área no Alto Moju. Sabendo dessa propriedade tão vasta, uma pessoa originária do Ceará, mas que já residia em Anajás – PA, o procurou para negociar uma área de terra que ia do Igarapé das Almas até o Igarapé do Prego (área da Comunidade de Igarapé-Açu; Figura 2). Feito o negócio através de recibo, se estabeleceu com a sua família no local, sendo estes os primeiros moradores da área que hoje é denominada de Igarapé-Açu. No início não havia nenhum tipo de comércio e a construção de moradia era difícil, especialmente porque a locomoção de pessoas e produtos era feita a remo. A atividade inicial foi a extração madeireira pela família do primeiro habitante, inclusive os filhos adolescentes, e mais cinco pessoas contratadas (originárias de Cametá, município vizinho) para abastecer uma serraria próxima que vinha buscar a madeira de lei no local. Em seguida à exploração madeireira, era plantada a roça de mandioca, valendo-se da queima do restante da mata.

2 Alguns indicadores sociais retratam um pouco da problemática deste município: (i) do montante populacional, cerca de 27.000 habitantes com mais de 10 anos estudaram menos de três anos, sendo que, destes, cerca de 11.000 nunca estudaram, (ii) das pessoas que têm salário, a renda mensal é de aproximadamente 304 reais, e, das pessoas com rendimento, cerca de 16.000, menos de 5.000 são mulheres. O PIB é movimentado predominantemente por serviços (47%), agropecuária (37%) e indústria (15%) (IBGE, 2001).



Fonte: A: SECTAM/PA (2003); B: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Moju>

Figura 1 – Localização do Município de Moju e da área do Alto Moju (círculo pontilhado) no Estado do Pará.

Colhida a mandioca, esta era transformada em farinha e, juntamente com a caça e peixes que ainda eram abundantes e com os produtos da floresta, estava composta a dieta dos primeiros habitantes. Ainda na década de 1950 chegou um sobrinho do proprietário com sua família, atraído por laços de parentesco, e pediu autorização para plantar e ali permaneceu, mas sem explorar a madeira. Assim, entre os filhos do proprietário da área e os trabalhadores ali residentes foram constituídas 11 famílias, de modo que na década de 1960 ocupavam o local, o qual ia se configurando como uma “comunidade”, segundo as palavras de um antigo residente entrevistado.

Com o aumento do número de habitantes, a pressão sobre os recursos se intensificou, principalmente, as extrações de sucupira e maçaranduba, visando a retirada do leite e do látex; com estes eram feitas bolas de tiras de balata (látex solidificado) para serem comercializadas em Moju. Dada a abundância destas espécies, suas árvores eram derrubadas só para a retirada desses produtos, restando a madeira no local, sem ser aproveitada.

No início da ocupação, a exploração madeireira era feita manualmente (décadas de 1950 e 1960), com o auxílio de machados para a derrubada e serroteiros para seu beneficiamento, constituindo-se numa tarefa árdua, havendo até de se construir andaimes para serrar as árvores a alguns metros do chão, onde o tronco era menos espesso. As árvores eram derrubadas, içadas através de um sistema de catracas e transportadas de caminhão até a beira do rio. Seu escoamento naquela época também era mais difícil; as toras eram colocadas no Rio Moju e levadas rio abaixo com o benefício das marés, até a cidade de Moju. A exploração foi centrada em poucas espécies de maior valor de mercado, como o frejó, o cedro, a sucupira e o angelim.

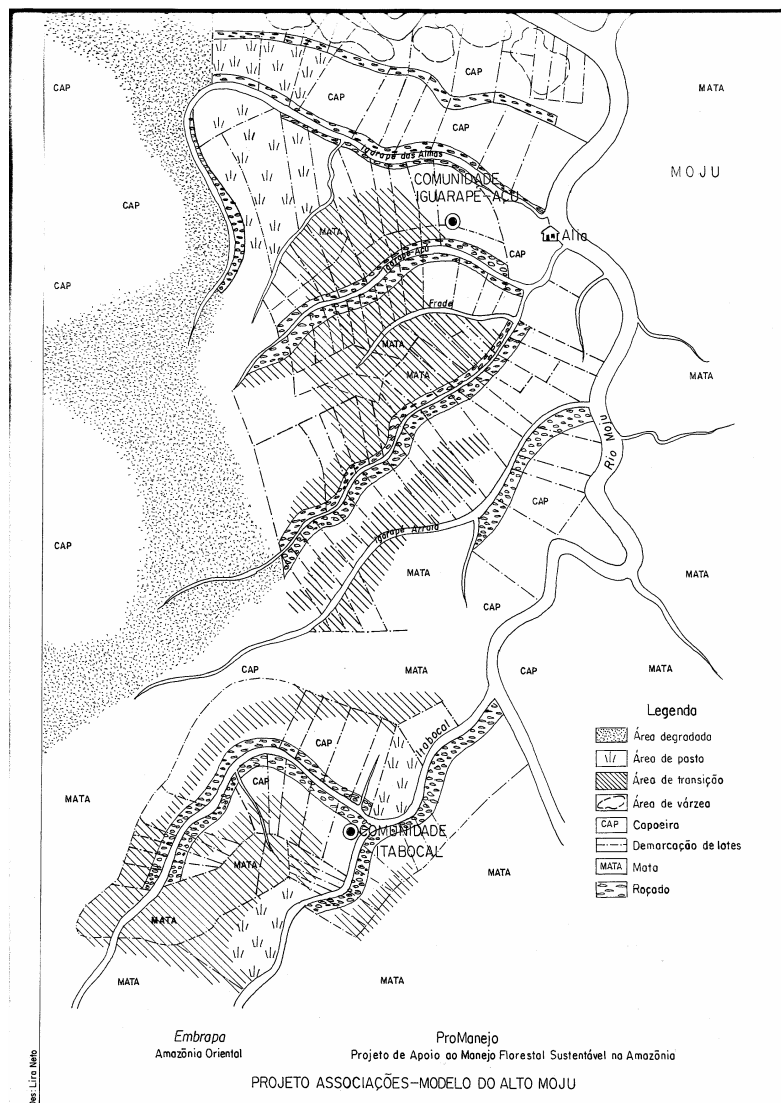


Figura 2 – Zoneamento Participativo do Alto Moju (comunidades Igarapé-Açu e Itabocal) gerado durante o projeto Associações Modelo do Alto Moju.

Novos habitantes chegam

A atividade de extração da madeira e os vínculos familiares atraíram algumas outras pessoas de Cametá para o Alto Moju, principalmente, para aproveitar os espaços desmatados para a formação de roças de mandioca. Nesse processo, no final da década de 1960 aproximadamente dez novas famílias já haviam chegado.

A estratégia de disponibilização de áreas para a produção de alimentos por aqueles que não a possuem tem diferentes significados nesse grupo. O primeiro é que havendo terra suficiente e sendo a mesma um dom de Deus, não se pode negá-la a uma família que necessita alimentar seus filhos. O segundo, é que doar é um fenômeno universal observável entre parentes, amigos e vizinhos, mas também, entre desconhecidos. Os estudos da dádiva, a obrigação de dar, receber e retribuir tem despertado o interesse crescente dos estudiosos em todo o mundo (Caillé, 1998). Por último, analisa-se que essa é uma estratégia que reforça os laços de solidariedade, ajuda mútua e de defesa numa sociedade isolada.

A partir da década de 1970, a chegada de uma pessoa que abriu uma serraria foi

marcante mesmo num contexto em que a pressão pela ocupação da terra ainda era pequena e os recursos vastos, porque facilitou o escoamento da madeira. No final da mesma década a serraria foi vendida e o seu comprador também comprou terra e gado e trouxe pessoas do Rio Capim (região de origem do comprador) para cuidar dos seus negócios. Assim, de modo semelhante aos cametaenses, estes trabalhadores trouxeram suas famílias subseqüentemente, atraídos pela possibilidade de fazer roça nas áreas em que a madeira fora retirada e pela fartura de peixes, caça e de produtos da floresta. Em todos os momentos da ocupação, os vínculos familiares e de amizade foram definidores da chegada de novos moradores, que através das redes de parentesco ficavam sabendo da existência de áreas passíveis de se praticar a agricultura e que, ao mesmo tempo, ofertavam recursos naturais. Como visto, nos anos 60 e 70 ainda existia um equilíbrio entre as necessidades familiares e a oferta de recursos.

A partir da década de 1970 as condições de extração foram melhoradas pelo uso de maquinário pesado (tratores de esteira), em detrimento da qualidade das áreas de plantio da mandioca, e de embarcações das madeireiras para buscar a matéria prima no local. Se no passado os agricultores dependiam dos madeireiros para este transporte, no presente, dependem mais ainda por não mais deterem os meios de extração (motosserras, caminhões), vendendo a madeira sob a forma de árvore em pé, sem qualquer valor agregado³.

“Estamos mais apertados do que sardinha em lata”

Em meados de 1980, segundo as estimativas dos agricultores locais, cerca de 30 famílias estavam estabelecidas em Igarapé-Açu e até então a terra não era vendida, mas cedida para parentes e amigos que extraíam madeira, caçavam, pescavam e produziam farinha, muito embora os recursos já começassem a escassear. No decorrer da década de 80, começa a existir competição por espaços para instalação das roças, paralelo à diminuição da caça e da pesca. A compra e venda de terras passou a ocorrer por meio da emissão de recibos. Ou seja, a dádiva e confiança até então praticadas, foram substituídas pela formalização do negócio num contexto de interconhecimento e de recursos escassos, muito embora outras redes de solidariedade existissem (os mutirões, as ajudas em situações especiais, entre outros).

A pressão madeireira aumentou, tendo sido potencializada pela falta de espaço para instalação da roça no sistema de corte queima⁴, que exige uma área aproximada de cinco vezes à área plantada, muito embora alguns agricultores tenham conseguido manter pequenas áreas como reserva de valor para uma necessidade inesperada, a exemplo do que ocorre em outras áreas de agricultura familiar, com o gado (Andrade, 1986).

A produção da mandioca, que até então era destinada à transformação em farinha mais para o auto-consumo, passa a ser produto mais de comercialização para áreas externas, muito possivelmente em função da escassez dos recursos naturais, da necessidade de gerar recursos para adquirir outros produtos e da sistemática de ação dos intermediários que recolhem os produtos nos próprios povoados. Assim, mesmo que os preços não sejam tão compensadores, é uma alternativa, considerando que o trabalho é familiar e a sua remuneração não está contabilizada monetariamente.

3 Apesar da atual percepção de escassez, parte das pessoas não consegue determinar o valor real dos recursos florestais que possuem. Por exemplo, um pé de angelim foi vendido por 10 reais embora o metro cúbico serrado chegue a valer 280 reais em 2001 em Tailândia . Outro exemplo se refere ao freqüente relato de pessoas vendendo a terra a um preço muito barato (R\$ 1.000 – 4.000 / lote), pois o lote poderia ser pago simplesmente com a venda de uma parte da madeira nele existente.

4 O método de plantio por corte e queima é caracterizado pela queima da mata primária, plantio de culturas anuais ou semi-perenes, colheita, repouso da área por quatro a oito anos para a formação natural de uma capoeira (mata jovem), corte desta capoeira, queima, novo plantio, nova colheita, novo repouso, e assim sucessivamente.

Nos dias atuais a situação está ainda mais crítica em decorrência da indisponibilidade de áreas para novas roças e da inexistência de caça e pesca, o que tem provocado casos de emigração de jovens e de famílias para os centros urbanos, principalmente Moju, cujo número de habitantes está em constante aumento. A pressão pela exploração madeireira é contínua e frequentemente os agricultores que ainda têm floresta são procurados por madeireiros dos municípios circunvizinhos, principalmente Tailândia, para a sua venda. Além disso, há problemas de grilagem de terras, por sua vez agravados pela inexistência dos títulos de posse da terra por parte dos agricultores.

A pesca e a caça, principais fontes de proteínas dessa população por muitos anos, foram quase que totalmente substituídos pelo charque, mortadela e enlatados graças ao seu baixo preço e fácil obtenção, adquiridos com o dinheiro da venda da farinha. Há alguns anos, esta situação tem sido agravada pela persistente venda de seixo, componente do leito do Rio Moju, cuja retirada tem comprometido a qualidade da água. Essa tem sido uma prática de algumas famílias que residem na margem do rio e que mediante o recebimento de algum recurso permitem que comerciantes de material de construção extraíam o seixo, mesmo que reconheçam o prejuízo ambiental que essa prática tem provocado.

4. Os usos atuais da floresta e as roças

A madeira foi e ainda é um importante recurso na região do Alto Moju. De um modo geral, os agricultores têm pouca floresta em suas áreas. Aqueles que não têm mais nada, afirmam que se pudessem voltar no tempo, teriam administrado melhor a exploração da mesma para que essa não viesse a faltar (algumas pessoas não têm madeira sequer para a própria casa ou para o forno de lenha usado na fabricação da farinha).

Os agricultores que ainda têm madeira foram os que, por diversas razões (alternativas de renda como pequenos comércios ou negócios, famílias menores, áreas mais distantes, entre outras) puderam conservá-la, muitas vezes mantendo-a como reserva financeira e de matéria-prima para, por exemplo, a construção ou reforma de casa, a construção de canoas e o plantio de pimenta.

O uso dos recursos naturais na área de pesquisa, no entanto não se restringe à extração madeireira. A coleta e processamento artesanal de produtos medicinais é exemplo disso, embora as pessoas não costumem relatar esse uso quando indagadas a respeito da importância da floresta. Mesmo assim, foi possível obter junto a residentes de Igarapé-Açu uma lista relativamente extensa de espécies da floresta que possuem uso medicinal. Este conhecimento relaciona-se mais ao universo feminino, pois é sob a responsabilidade das mulheres que está o cuidado com as crianças e com os idosos, usuários mais frequentes de remédios caseiros. Daí porque, são elas as detentoras do conhecimento sobre os mesmos, necessários nessas ocasiões e, conseqüentemente, muito valorizados no universo de socialização das mulheres, reforçando papéis tradicionalmente reconhecidos como de homens ou de mulheres. Mesmo que as mulheres dominem esses conhecimentos, observou-se que o uso de remédios caseiros está diminuindo, e os relatos das entrevistadas também indicam esta tendência em decorrência, dentre outros fatores, do maior acesso aos serviços médicos que indicam remédios industrializados.

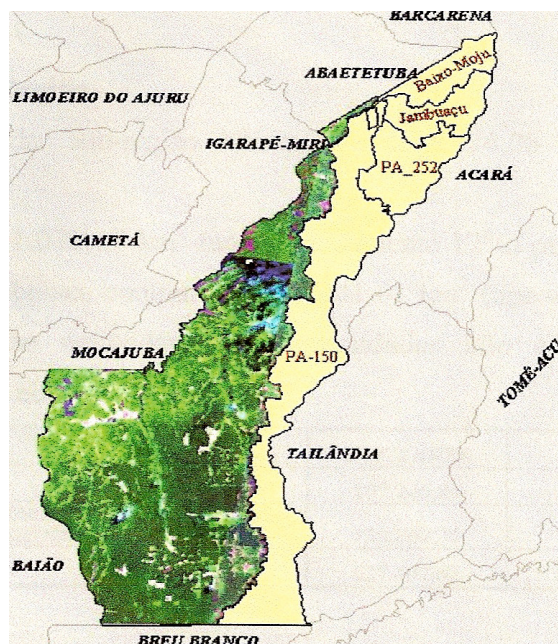
Por outro lado, quem decide quais espécies madeireiras irá vender, onde pôr a roça e quanto deve ser desmatado geralmente é o homem. Assim, o valor da floresta como fonte de matéria-prima para diversos remédios caseiros não é levado em conta nas decisões sobre os usos da floresta. Nesse particular, referenda-se que o universo doméstico é domínio das mulheres e o público dos homens, como exemplificado na venda da madeira por parte dos mesmos.

Segundo os entrevistados e a literatura (Shanley, 2002; Shanley et al, 2002; Serra, 2006) a floresta não oferece apenas caça, mas também diversos frutos, como açaí, piquiá, uxi, bacuri, murici e bacaba, entre outros, todos amplamente consumidos pela população do Alto Moju. É grande a expectativa em relação à comercialização do açaí devido ao preço alcançado na capital Belém. Embora seja uma planta nativa, diversos agricultores estão tentando aumentar a densidade desta palmeira por meio do seu plantio, tanto nas áreas de várzea quanto em terra-firme, testando diferentes variedades.

Em se tratando das roças, o sistema está baseado no corte e queima da floresta/capoeira para o plantio de culturas semi-perenes e anuais, dentre as quais destacam-se respectivamente a mandioca, o milho e o arroz. Outras culturas de importância na dieta alimentar são o gerimum, o maxixe e a melancia (PMM, 2003). Dentre todas estas, a mandioca exerce papel central; com ela é feita farinha, a fonte energética por excelência das famílias do Alto Moju, correspondendo ao principal produto agrícola de comercialização e, assim, a principal fonte de recursos das famílias. Esta pode ser plantada em diferentes épocas do ano, mas a preferida é em janeiro, quando a chuva é mais abundante.

O preparo da terra para o plantio da mandioca se inicia geralmente em agosto, época seca. Neste mês as capoeiras com mais de cinco anos (capoeiras ditas maduras) são cortadas, em trabalho de mutirão de agricultores. A época favorece que os arbustos cortados sequem, de modo que em outubro este material é queimado. Este tipo de manejo do solo, também é chamado de “corte e queima”, é o mais empregado em Igarapé-Açu e em Moju como um todo (Cayres & Segebart, 2003), sendo que a adoção do período de pousio acontece em benefício da ciclagem de nutrientes, dispensando-se a adubação.

Os agricultores consideram que a roça tem maior produção em área antecedida imediatamente por floresta virgem. Por esse motivo, durante anos preferiram, e por vezes se arrependeram, fazer roça em áreas de floresta, deixando de aproveitar as áreas com capoeira madura. Mesmo que esses agricultores já enfrentem as consequências da devastação da floresta, segundo eles cerca de 40% das propriedades ainda têm cobertura vegetal primária, com madeira explorável (dados do INPE, 2007, indicam uma taxa de cobertura vegetal da ordem dos 46%). Estes dados podem ser reforçados por uma figura gerada a partir de imagem de satélite atual (Figura 3). Todavia, nos últimos anos tem havido intensa atividade madeireira, realizada principalmente por companhias de Tailândia (município vizinho) e Moju, não havendo controle sobre a extração ilegal por parte das instituições responsáveis, senão o dos próprios agricultores.



Fonte: SECTAM/PA (2003)

Figura 3 – Cobertura vegetal do Alto Moju (Bacia do Rio Moju à esquerda; o Alto Moju está situado entre os municípios de Baião, Tailândia e Mocajuba).

5. Conflitos latentes

Como analisado, nas primeiras décadas (1950 a 1980) a ocupação da terra foi um processo gradual e amparado em redes de solidariedade constituídas em torno de laços familiares e de camaradagem seguindo uma dinâmica em que a confiança era a base das relações. O equilíbrio entre os lugares de ocupação para a moradia e roça e os usos da floresta não parecia ameaçado até os anos 90 quando a densidade populacional é tamanha que começaram a haver disputas. Com isso, o equilíbrio do grupo foi colocado em questionamento, mesmo que não existam conflitos abertos.

O cerne dos conflitos latentes é a falta de clareza e consenso quanto aos limites das áreas de cada um. Provavelmente, por terem sido apropriadas segundo acordos verbais em que a mensuração e os limites não eram critérios importantes e a oferta de recursos ainda era abundante. Assim, os conflitos entre os agricultores são gerados na própria definição dos limites de cada lote, principalmente, quando o terreno tem madeira. Apesar da importância da madeira para situações já citadas e da valorização da mesma no mercado local, não são raros os casos de pessoas que retiram madeira do lote de outras, sem respeitar os limites de cada lote. Conflitos abertos inexistiram quanto a esses casos porque as pessoas só percebem muito tempo depois e assim não identificam o responsável.

Na atualidade, o cerne do conflito é o desencontro entre uma tradição oral e as necessidades emergentes de um grupo em que a confiança cede lugar gradativamente à lei, particularmente após a escassez dos recursos. Ou seja, a disputa pelos recursos põe em questionamento regras construídas anteriormente. Num aparente estado de anomia, cada um tenta garantir o seu espaço. As conseqüências dessa situação dificultaram a demarcação de terras iniciada pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA) em 2004, mas paralisada pela falta de consenso entre os agricultores quanto aos limites. Agrava a situação, a invasão de terras

por fazendeiros, queimadas, grilagens, gerando conflitos com produtores familiares.

Segundo os entrevistados, o título de posse da terra tem duas faces. A primeira é aquela de que será a possibilidade de acesso a políticas (crédito é a principal) para melhoria dos sistemas em uso e manejo do que ainda resta. Segundo Amaral & Amaral Neto (2005), quando não ocorre a emissão do título da terra, o conflito por esta permanece, o vínculo e os cuidados com a área pelos seus ocupantes tende a diminuir, são geradas disputas onde participam o Governo, as comunidades e o setor privado e projetos de MFC não têm continuidade. Os acordos comunitários ficam mais frágeis pela dificuldade de acesso ao crédito e pela incerteza em relação à permanência na terra. A segunda, é que pode ser um estímulo para a venda da terra. As vendas de terras que porventura ocorrem no Alto Moju aparentemente têm resultado na concentração de terras pelas famílias melhor sucedidas, pois as demais famílias tendem a vender seus lotes para as famílias melhor sucedidas ou para o fazendeiro. A maioria dos agricultores, no entanto, acredita que será uma possibilidade de agir coletivamente.

Ao acoplar o uso da terra à cobertura vegetal, estamos viabilizando um olhar global sobre os níveis de antropização da área e sua importância em termos da biodiversidade, facilitando a identificação de possíveis impedimentos ambientais para a obtenção do imóvel, de possíveis cuidados futuros necessários e de possíveis propostas de manejo que conciliem produção e conservação (Silva, 2007).

6. Desmatamento *versus* Conservação: como equacioná-los numa perspectiva de vida melhor?

O entendimento da visão dos agricultores sobre o processo de ocupação de suas terras e da exploração dos recursos naturais nela contidos possibilita inserir dois novos elementos na problemática desmatamento/conservação de Igarapé-Açu: o *MFC*, que por um lado representa a vontade dos agricultores do Alto Moju (e agora não apenas de Igarapé-Açu) quanto à conservação e ao uso sustentável de seus recursos naturais, e a *desregularização fundiária*, fator que parece ser o principal entrave para o MFC.

O MFC pode ser entendido como a exploração sustentável de madeira da mata com base no conhecimento quantitativo e qualitativo das árvores contidas (inventário florestal) em um território de uso coletivo, de modo que a exploração seja gradual, permitindo seu reestabelecimento natural, muito embora sua definição possa ter um sentido mais amplo (Amaral & Amaral Neto, 2005). As técnicas de manejo florestal empregadas no Brasil são questionáveis quanto à eficiência de conservação ambiental, mas aqui o consideramos como uma ferramenta efetiva de conservação e de uso racional dos recursos naturais para agricultores que deles dependem.

As entrevistas mostraram que os agricultores têm uma visão diferenciada de MFC, pois o entendem como um manejo realizado tanto em áreas coletivas como em áreas individuais, porém viabilizado pelo esforço coletivo. Atribuem a sua não realização, mesmo após a execução do projeto Associações Modelo do Alto Moju, a duas principais questões: à falta de regularização fundiária e de organização deles mesmos, enquanto grupo. A regularização é vista como um processo difícil, agravado pelas distâncias físicas do local, e a falta de organização traduz-se em interesses e ações, em prol da regularização, não nivelados entre os agricultores; os protagonistas deste processo são poucos e na maioria das vezes os mesmos, repercutindo em dificuldade de interlocução local com as instituições correlatas.

Os agricultores também atribuem a dificuldade de regularização, em parte, à existência de dois diferentes tipos de terra no Alto Moju: as devolutas e as tituladas, sendo estas respectivamente sem e com donos (donos desconhecidos). Assim, qualquer ação, individual

ou coletiva, visando à regularização das terras devolutas deve ser feita junto ao ITERPA. Já as tituladas, são de responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), dificultando ainda mais qualquer ação neste sentido.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário recentemente anunciou um amplo programa de cadastro georreferenciado de imóveis rurais, visando sanar o problema das famílias agricultoras que não têm o título de posse da terra, mas este processo ainda não foi iniciado no Alto Moju. De outra maneira, segundo Cayres e Segebart (2003), a Comissão Pastoral da Terra - CPT, em 2000, iniciou um trabalho de regularização da terra em Moju, sendo regularizados 135.000 ha, distribuídos entre 60 famílias, além de outros 1500 títulos de posse da terra. Contudo, para os agricultores, esta ação não incidiu no Alto Moju pela justa coincidência de terras devolutas e tituladas. Sob a ótica ambiental, entretanto, a área do Alto Moju é a prioritária para a titulação, pois corresponde à porção mais conservada do município.

Wood et al. (2001) investigaram a relação da regularização fundiária (títulos de posse da terra) sobre o desflorestamento no município de Uruará, também no Pará. Seus resultados mostraram efeitos ambientais positivos (realização de reflorestamento, acesso ao crédito e preservação de árvores de valor econômico) e negativos (possibilidade de abrir maiores áreas de floresta, bem como de comprar mais gado e estabelecer maiores áreas de pastagens) desta regularização. Por isso, estes autores salientam que, “ainda que a posse de títulos tenha uma série de efeitos consistentes com as hipóteses derivadas do paradigma dos direitos de propriedade (“a emissão de títulos para os proprietários de terra pode reduzir de maneira efetiva as taxas de desflorestamento e produzir formas de uso do solo menos agressivas ao ambiente”), é necessário cautela antes que se assumam políticas de promoção da titulação de terras terão efeitos ambientais positivos”. Entretanto, sabe-se que a regularização fundiária relaciona-se com aspectos que vão além das taxas de desflorestamento, e que perpassam questões como o acesso às políticas agrícolas, grilagem de terras, conflito com fazendeiros, queimadas, entre outros (GTA,2007).

Os agricultores começam a considerar a devastação florestal como um problema prioritário do Alto Moju, principalmente porque a floresta não é apenas uma fonte de recursos madeireiros, mas igualmente uma fonte de alimentos diversificados (De Reynal et al., 1995). De outra forma, isto está elucidado na Figura 4, em um dos desenhos feitos por integrante da comunidade⁵ em um concurso realizado sobre as condições atuais da floresta. Ainda, o tipo de agricultura empregado agrava a situação, ao menos no que refere à disponibilidade de terras: é necessária uma área de cerca de cinco vezes maior que a área efetiva de plantio de culturas em função da rotatividade e do período de pousio da capoeira, necessário para evitar o empobrecimento do solo. Neste sentido, as pessoas mais velhas comentam que se pudessem voltar no tempo teriam delimitado uma área de lote maior para si uma vez que atualmente todos os lotes têm donos.

5 Na execução do projeto *Associações-Modelo do Alto Moju* ocorreu um concurso de desenho entre os moradores sobre o tema: A floresta. Muitos dos desenhos produzidos expressaram a íntima relação com o uso dos recursos naturais e sua abundância na região.



Figura 4 – Expressão da abundância de recursos naturais feita por morador da comunidade de Igarapé-Açu.

A escassez de terra é quase inimaginável quando se vai de viagem ao Alto Moju, pois só se avista a exuberante mata ciliar do rio Moju e poucas casas ribeirinhas. Entretanto ela vem fazendo parte do cotidiano dos agricultores. Em alguns casos as pessoas já precisam arrendar terra para fazer a roça ou pôr o gado. Filhos de moradores têm comprado seus próprios lotes em outras áreas ou se mudado para as cidades, principalmente Moju. Este processo, no entanto, não é específico dessa região e faz parte das denominadas estratégias para assegurar a reprodução social de famílias camponesas quando o número de pessoas aumenta. Estas são representadas pela migração para as cidades, diminuição do número de filhos por casal, proibição da entrada de parentes para morar no local, aumento da idade dos neonubentes, busca de mulheres por filhos emigrados, dentre outras, conforme observado por Woortmann & Woortmann (1997) em outras regiões do Brasil. O que é diferente é que naqueles grupos analisados pelos autores a agricultura não é itinerante, os camponeses não dependem dos recursos da floresta para sobreviver, as relações com o mercado são intensas, dentre outras diferenças. Ou seja, a vulnerabilidade dos agricultores do Alto Moju é maior porque quando resta apenas a terra nua significa que a reprodução social da família está comprometida.

Segundo os entrevistados, acontecem casos de venda de terras pelas famílias (migração), o que expressa a dificuldade de sobrevivência/permanência no local. Na cidade, por outro lado, tudo é pago e são vários os exemplos citados de famílias que venderam seus lotes e que agora passam necessidade na cidade por não haver emprego. Neste contexto de ameaça da reprodução social das famílias, a regularização fundiária é entendida por estas como uma ação estratégica para atenuá-la. Havendo o título de posse da terra surgem outras possibilidades e, o detendo, as famílias passam a vislumbrar a possibilidade de obtenção de crédito rural para melhorar a produção ou viabilizar a construção de instalações para o beneficiamento de produtos. Desta maneira, a herança preferida entre os comunitários é o lote titulado, pois este remete a benefícios que vão além da posse da terra em si, e, de outro modo atenua as dificuldades e aumenta as chances de reprodução social das famílias.

Vimos, a partir dos dados da pesquisa, que o desmatamento no Alto Moju pode estar dependente de uma série de fatores que perpassam pelas opções de geração de renda para a unidade familiar, grilagem de terras, qualidade da agricultura, pressão madeireira, sub-

valorização das unidades produtivas, aumento do número de famílias, entre outros, mas, neste contexto, a falta de regularização fundiária parece ocupar um papel central. Em adição, a cobertura florestal das propriedades é vista pelos agricultores, sob diversos aspectos, como uma vantagem. A conservação ambiental, aqui representada pela manutenção da floresta, é em parte associada por estes à implantação do MFC, e, neste sentido, a necessidade de regularização fundiária é emblemática. Segundo Amaral & Amaral Neto (2005), o sucesso deste tipo de manejo está subjogado principalmente (i) ao estabelecimento de mecanismos de regularização fundiária, (ii) ao fortalecimento da organização social local, (iii) ao acesso ao crédito, (iv) assistência técnica, (v) mecanismos de acesso ao mercado. Pelo exposto, a regularização fundiária compõe o fator de maior potência da equação de vida melhor formulada pelas famílias do Alto Moju.

7. Conclusões

A pesquisa mostrou que a principal atração para a ocupação do espaço na região do Alto Moju foi a floresta, num contexto em que a oferta de madeira era abundante e a exploração desta proporcionava áreas favoráveis para o roçado. As relações tecidas através de amizade, compadrio e parentesco constituíram redes de informação e apoio aos que chegaram, a exemplo da concessão de terras aos novos moradores, pela dádiva. Hoje, os múltiplos usos da floresta ainda se dão, particularmente, a exploração da madeira, a coleta de frutos e de remédios e a caça em pequena escala. Entretanto, observou-se um desequilíbrio, a partir da década de 1980, entre as necessidades familiares e a oferta de recursos, refletindo inclusive na formalização do negócio de terras, num espaço em que a disputa pelos recursos põe em questionamento regras construídas anteriormente. Há uma clara percepção da diminuição da qualidade de vida intrínseca à devastação da floresta, sendo os homens quem monopolizam o poder de decisão quanto às formas de exploração da mesma.

Desde a década de 1950 até os dias atuais houve um deslocamento evidente das atividades produtivas e de consumo. A produção da mandioca, que no início da ocupação era comercializada em pequena escala, passou a ser comercializada em maior escala para compensar a escassez dos recursos naturais. Quanto à caça, à pesca e à extração madeireira, o contrário aconteceu, e os dois primeiros estão sendo substituídos principalmente pelo charque, comprados com a farinha produzida. Assim, a pressão sobre os recursos naturais aconteceu exponencialmente, de modo que o aumento populacional demandou a abertura de roças, em um sistema de produção de corte e queima.

O MFC é entendido como uma atividade passível de realização tanto em terras individuais como em coletivas, porém com ações conjuntas para viabilizá-lo, principalmente por meio das associações de produtores rurais locais. Sua busca por parte dos agricultores é emblemática ao que se refere à vontade de conservação ambiental, mas impedido pela ausência de políticas públicas, em especial à de regularização fundiária, sendo esta acentuada pela complexa coexistência de terras tituladas e devolutas no local. De outro modo, a regularização também é agravada pelas distâncias físicas do local e pela dificuldade de interlocução dos agricultores com as instituições correlatas.

Por fim, a reprodução social das famílias do Alto Moju parece estar ameaçada por fatores que vão além do número de famílias em si. Estes podem ser o desmatamento já ocorrido, a pressão madeireira atual, a grilagem de terras e o desconhecimento do real valor dos lotes, que representam riscos de sobrevivência ao contexto de dependência da floresta. Os esforços dos comunitários para mitigar estas agruras e os empecilhos de regularização fundiária configuram o paradoxo vontade/dificuldade de conservação que ocorrem no Alto Moju. A regularização é vista como a chave para desencadear um processo local de mudança

quanto às formas e intensidade de uso da terra, o qual deverá produzir melhoras no bem-estar da população local segundo a ótica da mesma.

Referências Bibliográficas

- AMARAL, P.; AMARAL NETO, M. **Manejo Florestal Comunitário: processos e aprendizagens na Amazônia Brasileira e na América Latina**. Belém: IEB/IMAZON, 2005.
- ANDRADE, M. C.de. **A terra e o homem no Nordeste**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1986.
- BALIEIRO, C. P. P.; LISBOA, L. S. S. **Análise, classificação e quantificação da cobertura vegetal no Moju**. Belém: [s.n.]. 2004
- CAYRES, G.; SEGEBART, D. Moju: Agricultura Familiar, Reflorestamento e Sistemas Agroflorestais. In: TONI, F., KAIMOWITZ, D. (Org.). **Municípios e Gestão Florestal na Amazônia**. Natal: A.S. Editores, 2003. p. 252-293.
- DE REYNAL, V.; MCHAGATA, M.; TOPALL, O.; HÉBETE, J. **Agriculturas familiares e desenvolvimento em fronteiras pioneiras amazônicas, Paris-Point a Pitre-Belém**. Belém: GREAT/UAG/UFPA, 1995.
- EMPERAIRE, L.; LESCURE, J.-P. Uma abordagem ecológica comparativa. In: **A floresta em jogo: o extrativismo na Amazônia central**. São Paulo: UNESP, 2000.
- GTA (Grupo de Trabalho Amazônico). Plano Estratégico 2005-2008. Disponível em: http://www.gta.org.br/campanhas_exibir.php?cod_camp=20. Acesso em 17 de abril de 2007.
- HEREDIA, B. M. A. de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Cidades. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acesso em 12 de abril de 2007.
- INPE (Instituto de Pesquisas Espaciais). Projeto PRODES. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php>. Acesso em 12 de abril de 2007.
- MEDINA, G.; SHANLEY, P. **Big trees, small favors: loggers and communities in Amazonia**. Bois et Forêts des Tropiques v. 280, n. 4, p. 19-25. 2004.
- MOTA, D. M. da. et al. **Projeto Associação-modelo do Alto Moju-PA: Relatório final de atividades**. Belém: [s.n.]. 2006.
- PMM (Prefeitura Municipal de Moju). **Caracterização das regiões da PA 150, PA 252, Jambuaçu, Baixo Moju e Alto Moju**. Moju: Projeto Gespan. 2003.
- SERRA, M.; MELO, T.; GALUPPO, S. Interações e limitações da exploração de látex de amapá amargoso (*Parahancornia fasciculata* (Poir) Benoist) no Estado do Pará. In: VI Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia. Porto Alegre, 2006
- SHANLEY, P. **As forest falls: the changing use, ecology and value of non-timber forest resources for cabloco communities in eastern Amazonia**. 2000. Tese (PhD. Thesis), The University of Kent, U.K.
- SHANLEY, P.; LUZ, L.; CYMERYYS, M. The interface of timber and non-timber resources: declining resources for subsistence livelihoods: a southern case study from Brazilian Amazonia. In: SHANLEY, P.; PIERCE, A. R.; LAIRD, S. A.; GUILLEN, A. (Eds.). **Tapping the green market: certification and management of non-timber forest products**. London: Earthscan Publications, 2002. p. 313-321.
- SHANLEY, P.; MEDINA, G. Frutíferas e plantas úteis na vida Amazônica. Belém: CIFOR/IMAZON, 2005. Disponível em: <http://www.cifor.cgiar.org/Publications/Detail?pid=1732>. Acesso em 20 de abril de 2007.
- TURA, L. R.; COSTA, F. A. **Campesinato e Estado na Amazônia: impactos do FNO no**

Pará. Brasília: Brasília Jurídica/FASE. 2000.

WOOD, C. H.; WALKER, R.; TONI, F. Os efeitos da posse de título da terra sobre o uso do solo e investimentos entre pequenos agricultores na Amazônia brasileira. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 18, n. 2, p. 95-111, maio/ago. 2000.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica de lavoura camponesa. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.